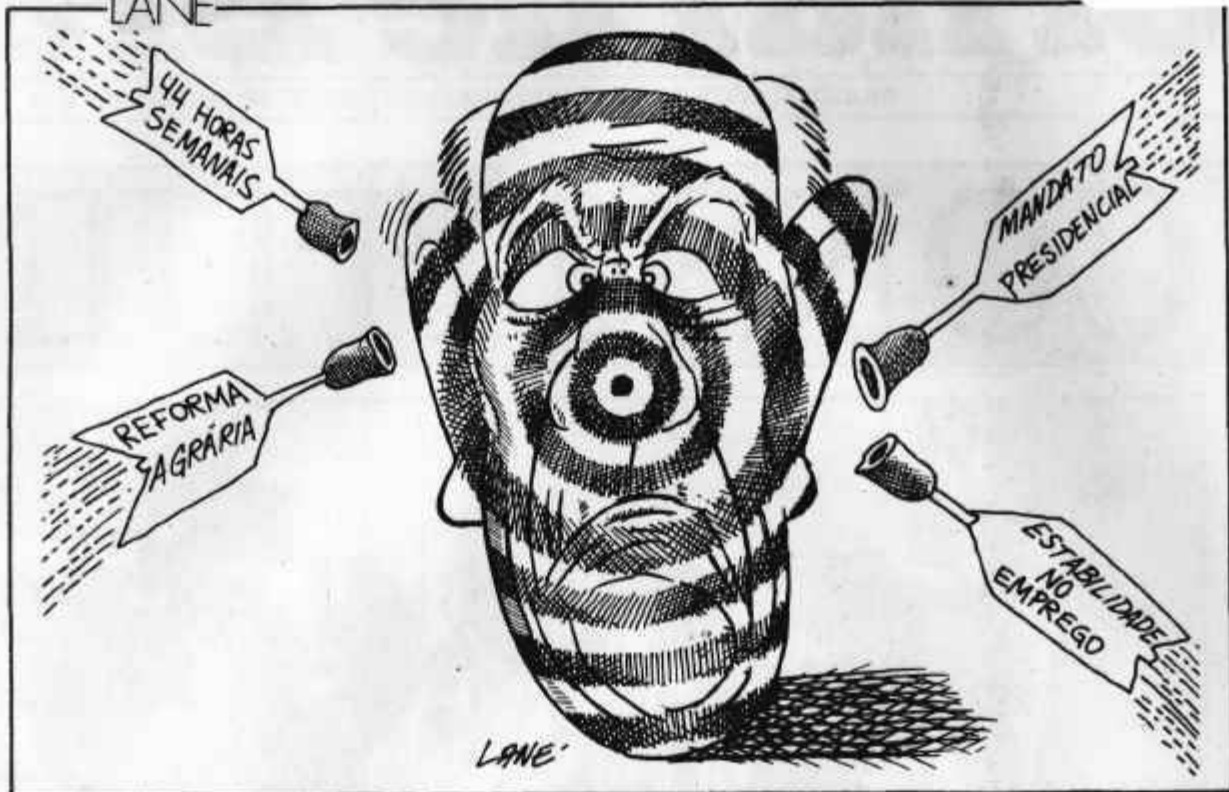


LANE



## Fase decisiva

8861 NYR LZ 27 JAN 1988

Editorial

Agora é para valer. A Constituinte começa a votar a Carta Magna que deverá reger os destinos de nossa sociedade, marcar as linhas gerais de nossa evolução futura. Todas as discussões passadas sobre se deveríamos ter uma Carta concisa ou se pelo contrário deveríamos elaborar uma Constituição mais ampla se tornaram bizantinas.

A verdade é que a matéria prima da Constituição já está sobre a mesa de trabalho dos eleitos pelo povo. São não só os resultados das diferentes comissões e subcomissões como também as emendas feitas tanto pelos cidadãos como por seus delegados, os constituintes. É sobre este amplo material que a Constituinte vai trabalhar a partir de hoje. Já não era sem tempo, pois o País espera ansiosamente o texto que vai resultar das próximas deliberações.

Sempre nos colocamos entre aqueles que defenderam a qualidade dos trabalhos, fomos dos que sempre disseram que mais valia a elaboração de um texto refletido e que retratasse os verdadeiros anseios da Nação que a pressa, pois esta é, em geral, má conselheira. Entre-

tanto não se pode negar que existe uma impaciência na sociedade devido às delongas manifestadas no trabalho da Constituinte. Muitos atrasos foram devidos não ao aprofundamento das discussões, da busca do entendimento entre os diferentes componentes da Constituinte, mas sim decorrentes de manobras regimentais destinadas a fazer prevalecer a vontade de grupos.

Houve, inegavelmente, um desgaste da autoridade dos constituintes diante da opinião pública. O povo não é ingênuo e passou a encarar os trabalhos da Constituinte de forma crítica e exigindo, como é de seu direito, eficiência e correção. Agora chegou o momento disto ocorrer.

É claro que o trabalho de elaboração constitucional não pode ser encarado com irresponsabilidade, pois dele vai depender muito nosso próximo futuro. É indispensável que a Carta Magna reflita claramente a profunda e definitiva opção por uma sociedade democrática e liberal. Isto é fundamental, mas não é tudo. A Consti-

tuição deve ser simultaneamente um instrumento de aperfeiçoamento da sociedade que vai reger. Ela deve conter os elementos que possibilitem o avanço do Brasil rumo à posição que ele pretende e tem direito no concerto das Nações. Este duplo aspecto da futura Carta não pode escapar das preocupações daqueles aos quais o eleitorado confiou a tarefa de dar ao País novos rumos.

A partir de hoje o espírito do entendimento tem de se impor aos constituintes e todos devem se conscientizar de maneira clara que não estão a legislar de forma ordinária. Uma Lei Magna é válida para toda a sociedade e, neste sentido, deve ser aceita como a regra geral e duradoura. Isto não significa, entretanto, que a regra básica da democracia seja abandonada. A maioria deve fazer que prevaleçam os princípios que orientam nossa sociedade. Somente com pertinácia, esforço e espírito de entendimento é que a Constituinte se colocará à altura da grande missão que lhe foi confiada.

Haroldo Hollanda

## Recuo dos históricos do PMDB

O governador Moreira Franco, do PMDB, é da opinião de que a tese do mandato de quatro anos para Sarney só se viabilizará se o seu partido conseguir se unir em torno de um nome como candidato comum. Mas de acordo ainda com o governador do Rio de Janeiro, o problema é que o PMDB se encontra no momento dividido entre dois candidatos, representados pelos nomes de Ulysses Guimarães e Mário Covas. Como já assinalamos ontem nesta coluna, os dois tencionam viabilizar os quatro anos pelas suas mãos, como meio de poderem emergir como candidato. Se a pressão das ruas for muito forte e consumir os quatro anos, o candidato natural do PMDB seria o senador Mário Covas. Mas se ocorrer o contrário, se os quatro anos resultarem como fruto de um processo político normal, Ulysses seria o candidato.

Os "históricos" do PMDB, liderados pelo senador José Richa, que no início desta semana visitaram os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Waldir Pires, da Bahia, foram contidos na ação política agressiva que pretendiam desencadear dentro do partido, tomando como ponto de partida a reunião do seu Diretório Nacional. Os chamados históricos, que não descartavam a hipótese de abandonar o PMDB para integrar numa nova legenda, resolveram adiar indefinidamente a reunião do Diretório Nacional do PMDB, que queriam convocar para o dia 3 de fevereiro. Chegaram a coletar as assinaturas necessárias para tal convocação, mas jamais formalizaram sua apresentação perante a presidência do partido, em face das medidas em contrário tomadas pelo deputado Ulysses Guimarães. Embora os históricos devam se reunir hoje para tomar uma decisão quanto à batata quente em que se transformou o documento de convocação do Diretório Nacional, a ideia que prevalece é a de adiar para depois do carnaval a reunião ou reque-

ta de modo que jamais venha a realizar-se. Os governadores de Pernambuco e Bahia, jogaram água fria nos históricos do PMDB, sendo que os mais amadurecidos politicamente entre eles reconhecem que estavam agindo precipitadamente, embora expliquem que a pressão mais forte partia justamente daqueles que têm problemas de ordem regional em suas bases políticas.

Mas Arraes e Waldir Pires não querem nem ouvir falar em enfraquecimento ou desagregação do PMDB. O ponto de vista que acabou ganhando corpo entre os próprios históricos é o de que o PMDB precisa lutar pela sua unidade, pois essa seria a fórmula mais conveniente para viabilizar as eleições diretas este ano. O deputado Ulysses Guimarães mais uma vez sai vitorioso na luta em que se vê envolvido com o grupo Covas-Richa. Estava Ulysses com todos os seus arsenais de armamentos pesados preparados para derrotar Covas-Richa no preenchimento das vagas ocorridas na Executiva Nacional do PMDB. No entanto, um dos históricos adverte que se Ulysses venceu até aqui todas as batalhas, ele que se prepare para frustrações políticas imediatas, as quais poderão ocorrer mais cedo do que ele espera.

Cinco e quatro anos

O senador Mário Covas, líder do PMDB, acredita ser tranqüila a vitória do mandato de quatro anos para Sarney no plenário da Constituinte. Acha mais fácil a vitória dos quatro anos no plenário da Constituinte do que foi na Comissão de Sistematização, tendo em vista que a próxima batalha parlamentar será travada num universo mais amplo. Mas o deputado maranhense Jaime Santana, do PFL, que prega e defende o mandato de quatro anos, tem opinião diferente da de Covas. Vindo de uma reunião com o senador Afonso Camargo e os deputados Saulo Queiroz e Alcenir Guerra, que pensam como ele,

chegou à conclusão de que se nenhuma iniciativa política for tomada para modificar o curso morno dos acontecimentos, os cinco anos poderão vencer na Constituinte com uma margem de mais de 400 votos. Por essa razão é a favor de uma mobilização política do povo pelos quatro anos para pressionar a Constituinte. Lembra o que aconteceu na legislatura passada em que mesmo com a mobilização popular nas ruas não foi possível modificar a decisão da maioria do PDS naquela ocasião, que refugou no Congresso a emenda das diretas.

Gastos públicos

O ex-ministro e deputado Francisco Dornelles, do PFL, confidenciou a colegas seus do partido que fez seus cálculos e chegou à conclusão de que nesta história entre os quatro e os cinco anos de mandato para Sarney, o Governo Federal já teria transferido aos governadores a ele simpáticos politicamente recursos financeiros equivalentes ao que a União se queixa que vai perder com a reforma tributária embutida no projeto de Constituição.

Morder ou abraçar

Do deputado paulista Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do Centrão, atendendo ao apelo de um batalhão de fotógrafos que pretendiam ontem fotografá-lo ao lado do senador Mário Covas, líder do PMDB, e seu adversário na Constituinte:

— Covas, já que não podemos nos morder, vamos nos abraçar...

Opinião de Simon

O governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, pensa como seus colegas de Pernambuco e da Bahia: é contrário a qualquer movimento político que vise ao enfraquecimento do PMDB.

Seis meses

O senador paranaense José Richa acha que se não houver acordo na Constituinte, o novo texto constitucional demandará seis meses para ser aprovado.